

Mudança Econômica e Melhora Social:

Um Estudo sobre os Conceitos de Bem-estar e Desenvolvimento

Danilo Camargo Igliori
(digliori@uol.com.br)

RESUMO

A teoria econômica tem elaborado as questões referentes ao aumento da “qualidade de vida” nas sociedades a partir de dois conceitos principais: bem-estar e desenvolvimento. O objetivo deste trabalho é tentar entender as relações existentes entre esses dois conceitos. O que se pretende é estabelecer tais conexões, traçando um quadro comparativo entre os principais programas de pesquisa em que estes conceitos assumem grande relevância.

O estudo procura descrever as principais características das abordagens “tradicionais” envolvendo os dois conceitos, a saber, a Economia do Bem-estar e a Economia do Desenvolvimento, examinando de forma complementar as propostas recentes da "Nova Economia do Bem-estar" e dos adeptos do Desenvolvimento Sustentável.

1. Introdução

A teoria econômica tem elaborado as questões referentes ao aumento da “qualidade de vida” nas sociedades a partir de dois conceitos principais: bem-estar e desenvolvimento. O objetivo deste trabalho é tentar entender as relações existentes entre esses dois conceitos. O que se pretende é estabelecer tais conexões, traçando um quadro comparativo entre os principais programas de pesquisa em que estes conceitos assumem grande relevância.

Ao iniciar o esforço de leitura, ficou claro que a literatura sobre o assunto é imensa. Como é usual, foi necessário estabelecer um escopo que desconsiderasse abordagens importantes. Nesse sentido, o presente estudo estrutura-se em três flancos. Primeiramente, tenta-se tecer um pano de fundo para a discussão conceitual, examinando as questões relativas ao conhecimento normativo e positivo. Em segundo

lugar, procura-se descrever as principais características das abordagens “tradicionais” envolvendo os dois conceitos, a saber, a Economia do Bem-estar e a Economia do Desenvolvimento. Finalmente, o estudo examina algumas propostas recentes para o tratamento das questões aqui analisadas, focalizando os trabalhos da "Nova Economia do Bem-estar" e dos adeptos do Desenvolvimento Sustentável.

Com isso, a despeito de sua relevância para a discussão feita no trabalho, não foram abordados conceitos importantes como o de subdesenvolvimento e não foram tratados os desenvolvimentos recentes da Nova Economia Institucional e as abordagens de inspiração marxista.

Pela complexidade do tema, o trabalho apenas aponta para as suas principais controvérsias, não tendo a pretensão de qualquer aprofundamento. No entanto, o esforço parece ter se revelado válido pela oportunidade de realizar uma sistematização de conceitos, que pode ser um ponto de partida interessante para futuros estudos.

2. Conhecimento Positivo e Conhecimento Normativo na Ciência Econômica

A discussão sobre como conhecimentos positivos e normativos se relacionam com a ciência econômica esteve presente com algum destaque desde os trabalhos dos economistas clássicos. Em seu livro *The Methodology of Economics*, Mark Blaug (1992) dedica um capítulo para discutir as distinções entre o que ele chamou de economia positiva e economia normativa. Essa seção do trabalho pretende destacar os principais pontos da síntese elaborada por Blaug.

Segundo Blaug, para os filósofos positivistas da segunda metade do século XIX essa distinção apresentava-se de maneira bastante clara: a economia positiva lida com fatos (verdades) e a economia normativa com valores (julgamentos). Sob esta perspectiva seria possível dividir nitidamente o conhecimento entre *o que é* e *o que deve ser*.

Neste sentido, Blaug destaca a proposição apresentada por Hume em seu *Tratado*

sobre a *Natureza Humana* que ficou conhecida como a “Guilhotina de Hume”. Segundo esta proposição, realidades descritivas ou afirmações factuais poderiam apenas conduzir a outras conclusões igualmente factuais e nunca a pronunciamentos éticos, normas ou prescrições daquilo que deve ser feito (“*one cannot deduce ought from is*”).

John Neville Keynes, em seu conhecido trabalho *O Escopo e o Método da Economia Política*, apresenta uma abordagem semelhante, mas oferece mais uma categoria. Para Keynes, deveria-se dividir o conhecimento econômico em três grupos: Ciência Positiva (estabelece as uniformidades), Ciência Normativa (determina os ideais) e Arte (formula políticas).

Blaug apresenta duas ressalvas à posição de que é possível proceder uma completa separação entre conhecimento positivo e normativo na Economia. Primeiramente, se referindo a alguns “filósofos morais recentes”, ele apresenta a noção de que a dicotomia entre *o que é* e *o que deve ser* merece ser relativizada, uma vez que os julgamentos morais podem ser entendidos não apenas como expressões de sentimentos, mas como formas especiais de se realizar afirmações descritivas sobre a realidade. De acordo com Blaug, tal visão também parece apresentar problemas, pois atesta que afirmações sobre *o que é* são logicamente equivalentes à afirmações sobre *o que deve ser*. Entretanto, para ele, no mínimo pode-se dizer que os critérios de aceitação para afirmações positivas não são processos cognitivos essencialmente diversos daqueles voltados para afirmações normativas.

Uma classificação que tenta adaptar as ciências sociais às limitações apontadas por Hume é a realizada por Nagel, que separa julgamentos metodológicos de julgamentos de valor. Para este autor, julgamentos metodológicos envolvem a escolha da matéria a ser investigada, o modo de investigação a ser seguido e os critérios de validação dos resultados. Já os julgamentos de valor estariam relacionados a avaliações sobre estados da natureza e determinados tipos de comportamento humano, preocupando-se com as respectivas consequências sociais. Para Nagel, as ciências sociais não podem se ver livres de julgamentos metodológicos, mas podem e devem ser construídas sem o auxílio de julgamentos de valor. Como resultado dessa abordagem qualquer asserção sobre a “boa sociedade” não estaria dentro do escopo das ciências sociais.

Embora faça a ressalva de que os dois tipos de argumentos da classificação de Nagel na essência são validados ou não com base em um conjunto de valores compartilhados, Blaug afirma que esta classificação tem relevância prática para a investigação científica, uma vez que já existem métodos testados e estabelecidos para efetuar julgamentos metodológicos, sendo que o mesmo não acontece quando se trata de julgamentos de valor.

Uma outra visão apresentada por Blaug que advoga a possibilidade de uma ciência social livre de valores, é a de Max Weber. A abordagem de Weber vai mais além e atesta que, de alguma maneira, os julgamentos de valor poderiam ser examinados racionalmente por três vias:

1. Examinando a consistência interna das premissas de valor de onde julgamentos normativos divergentes são derivados.
2. Deduzindo as implicações dessas premissas de valor sob a luz de suas conseqüências práticas.
3. Rastreamento das conseqüências factuais de formas alternativas de se conceber determinados julgamentos de valor.

Blaug deixa claro, entretanto, que Weber não afirma em nenhum momento que não existam fatores ideológicos na seleção de assuntos a serem investigados ou que os cientistas sociais não estejam freqüentemente motivados por questões particulares. O argumento portanto não atesta o distanciamento individual do cientista, mas focaliza os aspectos sociais da atividade científica.

A meu ver, o alerta principal de Blaug é o de que as diversas visões sobre a dicotomia entre conhecimento positivo e normativo não são suficientemente convincentes para a obtenção de um consenso sobre as possibilidades de uma ciência social livre de valores. A posição daqueles que defendem uma ciência livre de valores, é que a lógica das descrições factuais é bastante diferente da lógica normativa das prescrições. Além disso, sob este ponto de vista os julgamentos metodológicos estão envolvidos em processo de busca de consenso que diferem essencialmente daqueles relativos aos julgamentos de valor.

Aqueles que não acreditam nesta possibilidade, por outro lado, advogam que as diferenças apontadas acima não são significativas e podem ser negligenciadas. Como resultado, chega-se à conclusão de que os fenômenos sociais são impregnados de valores e portanto carecem de objetividade. Nagel aponta que se este for o caso (que o único fato objetivo é o de que as ciências sociais são em si repletas de julgamentos de valor), os cientistas sociais estarão trancados em um problema de regressão infinita que conduz a um quadro de extremo “subjetivismo”, em que cada opinião tem a mesma importância.

De qualquer forma, a despeito dessa discussão, a ciência econômica tem realizado grandes esforços no sentido de se estabelecer e avançar nos marcos do conhecimento positivo e objetivo, obtendo maior ou menor sucesso dependendo do assunto. É neste contexto que Blaug relata-nos que em torno de 1930, com o surgimento da Economia do Bem-estar, foi apresentada uma outra abordagem segundo a qual seria possível pensar a economia normativa livre de julgamentos de valor. De acordo com esta abordagem, a distinção entre economia positiva e economia normativa deveria ser restringida a fatos e valores não controversos de um lado e valores controversos de outro. De acordo com Blaug, na verdade os teóricos da Economia do Bem-estar estavam querendo legitimar esta teoria como parte do conhecimento positivo, relegando para a economia normativa algumas poucas polêmicas relativas às políticas públicas. Para o autor, tal expansão do escopo tradicional da economia positiva pode ser inserida na discussão resumida nesta seção e, portanto, propiciou o surgimento de confusões lógicas a cerca da natureza do conhecimento livre de valor.

1. O Conceito de Bem-estar

Como visto acima, o conceito de bem-estar insere-se plenamente na discussão sobre conhecimento positivo e normativo. Por ser o núcleo do que ficou conhecido como Economia do Bem-estar, este conceito acompanhou a evolução dos debates ocorridos neste ramo do conhecimento econômico e atualmente é utilizado de maneiras diferentes.

Na década de 40 deste século, a Economia do Bem-estar já havia acumulado conteúdo

suficiente para motivar a tese de doutorado de Hla Myint na Universidade de Londres (orientada por Hayek). Este autor faz, em sua tese, uma revisão do que ele chamou de “Teorias de Economia do Bem-estar”. Tal esforço, como o próprio autor admite, visava consolidar o conhecimento positivo, quantitativo e livre de julgamentos de valor acerca do bem-estar econômico. Tendo em vista as limitações de seu escopo, o autor separa o conceito de bem-estar entre bem-estar econômico e bem-estar social geral, sendo que este último, segundo ele, não poderia ser analisado em termos puramente científicos e quantitativos.

A definição utilizada é a de que o bem-estar econômico consiste nas quantidades de satisfação (“*quantities of satisfaction*”) de um indivíduo, dadas as suas preferências. Myint completa os seus fundamentos analíticos assumindo que as preferências individuais são constantes, o que segundo ele torna razoável postular que é possível proceder comparações interpessoais de bem-estar econômico. Para Myint, mudanças nas preferências individuais não fazem parte dos problemas de bem-estar econômico, mas sim de bem-estar social geral.

Myint separa sua análise “quantitativa e científica” do bem-estar econômico em dois níveis: físico e subjetivo. O nível físico relaciona-se com a teoria do valor trabalho desenvolvida pelos economistas clássicos e focaliza os conflitos existentes entre o homem e a natureza. Segundo o autor, sob esta abordagem as “quantidades de satisfação” estariam diretamente relacionadas às quantidades de produtos materiais consumidos e, portanto, o aumento do bem-estar econômico seria resultado dos esforços para aumentar a produtividade física dos recursos.

Já o nível subjetivo relaciona-se com a teoria neoclássica. Nesta, a quantidade de recursos é tomada como um dado e a análise concentra-se em decidir qual é a melhor alocação destes recursos, no sentido de promover o maior bem-estar para os indivíduos. Sob esta abordagem o conceito de escassez ganha grande relevância e o que está em questão é o conflito de interesses entre os indivíduos. Myint ressalta que este é o fundamento da moderna teoria do bem-estar, que passa a ser tratada como um campo de pesquisa destacado dentro da teoria econômica.

Apesar de não adotar completamente o critério dos utilitaristas clássicos (a maior

felicidade do maior número), a Economia do Bem-estar neoclássica associou o conceito de bem-estar à noção de utilidade para estabelecer suas proposições. Uma primeira abordagem nesta direção, consolidada pelo Prof. Pigou, atestava ser possível a mensuração das utilidades individuais de forma cardinal e consequentemente a comparação interpessoal de níveis de utilidade também seria viável. Sob essa abordagem, não haveria problemas para a agregação das utilidades individuais e, portanto, para a criação de uma função de bem-estar social que permitisse a comparação de diversos estados sociais.

Pelas dificuldades de se estabelecer uma medida cardinal para os níveis de utilidade, este tipo de abordagem foi praticamente substituído pela teoria ordinal da utilidade. Sob essa nova perspectiva, o conceito de Ótimo de Pareto ganhou proeminência na Economia do Bem-estar neoclássica. Uma situação é considerada “Pareto Ótima” se não for possível melhorar a situação de nenhum indivíduo sem piorar a situação de algum outro indivíduo. O critério proposto por Pareto não pressupõe a comparação interpessoal de utilidades e portanto não permite uma ordenação completa de estados sociais. No entanto, a análise proposta por Pareto permite uma ordenação parcial e com algumas hipóteses iniciais pode-se, a partir desta, deduzir proposições bastante significativas.

Tais proposições ficaram conhecidas como os “Teoremas Fundamentais da Economia do Bem-estar”. O primeiro teorema fundamental diz que todo equilíbrio em mercados perfeitamente competitivos são “Pareto ótimos” e, com algumas hipóteses adicionais, o segundo teorema fundamental é o recíproco do primeiro. A teoria neoclássica associa o critério de Pareto com o conceito de eficiência econômica. Dessa forma, o que os teoremas do bem-estar afirmam é que dadas as preferências dos indivíduos e dada uma distribuição inicial dos recursos produtivos, se a estrutura dos mercados forem perfeitamente competitivas, a melhor situação possível em termos de bem-estar será “Pareto ótima” e vice-versa (feitas algumas hipóteses adicionais sobre tecnologia e externalidades).

Dentro desta tradição, K. Arrow (1963) avança na análise sobre escolhas sociais. Para este autor, tais escolhas só teriam sentido se obedecessem os seguintes critérios:

1. racionalidade coletiva
2. princípio de Pareto
3. independência das alternativas irrelevantes
4. ausência de ditaduras

Arrow, em seu “Teorema da Impossibilidade”, demonstra que não é possível existir uma regra de decisão que atenda a esses quatro critérios. Muito embora a relevância deste resultado seja questionada, a conclusão de Arrow torna no mínimo discutível a suposição sobre a existência de funções de bem-estar social.

Apesar da abordagem neoclássica da Economia do Bem-estar ter se tornado predominante, outras perspectivas têm sido apresentadas na evolução recente da teoria econômica. Apesar de seu escopo de análise, Myint dedica uma parte do trabalho para estudar o conceito de bem-estar em um nível ético (“*a broader concept of welfare*”). Nesta seção, o autor reporta as críticas de F. Knight e J.M. Clark ao conceito puramente subjetivo de bem-estar. Segundo estes autores, existiriam pelo menos três razões para expandir o conceito de bem-estar na teoria econômica:

1. Tratar os interesses individuais (“wants”) como dados e constantes é inadequado, uma vez que na realidade tais desejos crescem e se modificam. O objetivo das atividades econômicas não é apenas atender necessidades que são dadas, mas estabelecer as bases para o atendimento de novos interesses.
2. A posição de neutralidade ética é muito irrealista e não deve ser mantida em um estudo sobre o bem-estar humano.
3. Interesses individuais não são formados no “vácuo”, mas são continuamente moldados pelo ambiente social e institucional, sendo que grande parte de seus determinantes residem fora dos sistemas de preços.

Mais recentemente, os trabalhos de A. Sen e P. Dasgupta apresentam um conceito mais amplo de bem-estar, aproximando a economia da ética e questionando, segundo eles, a abordagem restrita da Economia do Bem-estar tradicional.

No segundo capítulo de seu livro *On Ethics and Economics* (1987), Sen tenta fazer uma avaliação sobre os principais postulados da Economia do Bem-estar.

Inicialmente, o autor critica a idéia de que o critério de bem-estar econômico deva estar baseado apenas na soma total da utilidade de um indivíduo auto interessado, dizendo que outras conquistas possuem valor intrínseco principalmente quando se procede uma análise ética. Sen argumenta que é exatamente pela relutância da teoria econômica em aceitar proposições éticas, que a Economia do Bem-estar tem produzido resultados bastante restritos. De acordo com Sen, isto fica claro quando rejeitam-se as comparações interpessoais de utilidade por estas serem normativas e éticas.

Uma vez que as considerações éticas são desconsideradas, segundo Sen, apenas o critério de Ótimo de Pareto permanece. Para Sen, este critério é bastante limitado uma vez que não diz nada sobre questões distributivas, dado que é possível que uma situação seja Pareto ótima com algumas pessoas em extrema miséria e outras vivendo o mais alto luxo. Novamente, para Sen esta limitação decorre do critério de Pareto estar restrito ao espaço das utilidades e não levar em consideração outras possibilidades para julgar o sucesso dos indivíduos.

Para Sen, uma noção mais apropriada de bem-estar deve estar essencialmente vinculada à estrutura de valores dos indivíduos e, segundo ele, os critérios de felicidade e satisfação de desejos (métricas da utilidade) não correspondem à totalidade destes valores.

Na mesma direção, Dasgupta (1991) desenvolve seu conceito de bem-estar tentando ampliar a abordagem oferecida pela teoria tradicional. Para ele, o conceito de bem-estar deve incluir não apenas a quantidade de bens e serviços que um indivíduo tem capacidade de consumir, mas também os seus direitos e liberdades (positivas e negativas). Entretanto, apesar de afirmar que é necessário uma noção mais abrangente de bem-estar, Dasgupta reconhece a dificuldade de uma conceituação precisa:

“In this book we will call the degree to which a person is flourishing his flow of well-being. For analytical convenience we will on occasion think of it as a numerical measure of flourishing. But the concept is elusive, and at the end we will arrive at only a very limited understanding of it, and that too circuitously.”
(1991:34)

1. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Humano

Assim como no caso de bem-estar, o conceito de desenvolvimento econômico apresentou dificuldades para ser precisamente definido e tem sido tratado de formas diversas na teoria econômica e nas ciências sociais. O *Macmillan Dictionary of Modern Economics* (1992) apresenta o seguinte verbete:

“Economic development: The process of improving the standard of living and well-being of the population of developing countries by raising per capita income. This is usually achieved by an increase in industrialization relative to reliance on the agricultural sector (see economic growth, growth theory, stages of growth).”

Se tomarmos as teorias sobre o desenvolvimento em perspectiva histórica, embora a visão apresentada acima tenha sido predominante, há algumas décadas esta tem sido questionada por um número crescente de pesquisadores. A revisão elaborada nesta parte do trabalho utilizará esta definição como ponto de partida, examinando algumas das principais abordagens alternativas.

Antes de examinar o significado desta definição, inicialmente vale destacar brevemente os conceitos elaborados em períodos anteriores ao seu surgimento, a saber, a visão dos economistas clássicos e a teoria de Schumpeter.

Sobre os economistas clássicos, Sen (1988) afirma que é difícil identificar precisamente a conceituação de desenvolvimento em seus trabalhos, pois para estes autores o desenvolvimento confunde-se com o próprio problema econômico. Muito embora possa ser dito que a preocupação central dos clássicos decorre do problema do aumento da produtividade dos fatores de produção, existem outras questões relativas ao desenvolvimento que foram levantadas em seus trabalhos. Como exemplos pode-se citar a posição de A. Smith sobre as relações entre felicidade e afluência material (que segundo ele são bastante fracas), as considerações de J. S. Mill sobre prazeres superiores e inferiores, ou ainda, como relatado por Sen, a visão

de W. Petty que também vai além do crescimento da renda e inclui a noção de padrão de vida.

No trabalho de Schumpeter, o conceito de desenvolvimento é central e insere-se no contexto das inovações tecnológicas e dos ciclos econômicos. Para Schumpeter, o desenvolvimento está associado a transformações qualitativas que surgem dentro do sistema econômico e rompem com o estado de equilíbrio existente, em suas palavras:

“O desenvolvimento no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”.

A abordagem iniciada por Schumpeter que focaliza as ligações entre desenvolvimento econômico e inovações tecnológicas deu origem a um novo programa de pesquisas que possui adeptos até os dias de hoje. Entretanto, apesar de ter surgido apenas algumas décadas após, o que ficou conhecida como Economia do Desenvolvimento, utilizou uma perspectiva essencialmente distinta da preconizada por Schumpeter e seus discípulos.

De acordo com Hirschman, a Economia do Desenvolvimento estruturou-se a partir da Segunda Guerra Mundial, sob influência do sucesso da teoria keynesiana e utilizando como hipóteses de trabalho os seguintes pressupostos:

1. A realidade das regiões mais pobres do mundo (“países menos desenvolvidos”) é distinta o suficiente para justificar a classificação dos países em dois grupos e a construção de um instrumental teórico que incorpore tais diferenças.
2. As relações econômicas entre os países dos dois grupos podem ser formuladas de modo a serem benéficas para ambos.
3. A solução dos problemas destas regiões é possível, através de políticas públicas e do relacionamento internacional.

Neste contexto, foi produzida uma vasta literatura que de um lado buscava explicar a

natureza dos problemas que determinavam a realidade dos países mais pobres e, de outro, visava identificar de que modo estes poderiam iniciar um processo de desenvolvimento que os aproximasse dos padrões dos países mais ricos.

A maioria dos trabalhos elaborados dentro dos marcos da Economia do Desenvolvimento, apresentavam um conceito de desenvolvimento próximo ao apontado no verbete do início desta seção. Primeiramente, as análises deixavam em segundo plano variáveis “não econômicas” que pudessem influenciar a realidade econômica dos países menos desenvolvidos. Em segundo lugar, o desenvolvimento era tratado praticamente como sinônimo de crescimento econômico, tomado como aumento da renda *per capita* do país. Estes trabalhos não consideravam como problemática estas definições e construíram seus argumentos sem maiores considerações conceituais.

Apenas após a consolidação da Economia do Desenvolvimento (ou, em alguns casos, do Desenvolvimento Econômico) como um campo de estudo dentro da teoria econômica é que, conjuntamente com o surgimento dos livros texto, a preocupação com definições passou a ser mais freqüente. Neste sentido, é interessante notar as considerações iniciais do livro texto consagrado de C. Kindleberger (1976):

“Nas discussões sobre economia, os termos crescimento e desenvolvimento são, muitas vezes, empregados como sinônimos e isto é perfeitamente aceitável. Mas, sempre que existem dois termos, é justificável querer-se fazer uma distinção entre eles. Implicitamente, no uso geral e explicitamente no que se segue, o crescimento econômico significa maior produção, enquanto que desenvolvimento econômico implica em maior produção e mudanças nas disposições técnicas e institucionais, pelas quais se chega a esta produção. O crescimento pode implicar, não só em mais produção, como também em mais insumos e mais eficiência, isto é, em um aumento no produto por unidade de insumo. O desenvolvimento vai mais além, significando mudanças na estrutura da produção e na alocação de insumo, por setores. Numa analogia com o ser humano, enfatizar o crescimento significa focalizar a altura e o peso, enquanto enfatizar o desenvolvimento é dirigir a atenção para a capacidade funcional, para a coordenação motora, por exemplo, ou para a capacidade de aprender.”

Na definição de Kindleberger, crescimento e desenvolvimento embora estejam intimamente ligados não são a mesma coisa. Para Kindleberger, assim como para os demais autores da Economia do Desenvolvimento, o que está em questão é a capacidade do país em diversificar sua produção e principalmente se industrializar, promovendo a ampliação das estruturas de mercado com o auxílio preponderante do estado. É interessante destacar que embora mencione mudanças institucionais e capacidade de aprender em sua definição de desenvolvimento, o autor dedica apenas um capítulo para o que ele chama de “aspectos não econômicos do desenvolvimento econômico”, explicitando que não os considera determinantes para a compreensão do fenômeno e não fazem parte do estudo de economia: *“Esta obra destina-se a cursos de economia e ao preparo de futuros economistas, mas é preciso reconhecer que alguns aspectos do assunto, possivelmente causais, apesar de dificilmente serem fundamentais, situam-se fora do campo do economista.”*

Esta visão de desenvolvimento, no entanto, foi sendo ampliada dentro da própria tradição da Economia do Desenvolvimento para incluir objetivos sociais. Arndt (1987), em seu estudo sobre a evolução histórica deste conceito, mostra que a partir da década de 60 questões relativas às necessidades básicas da população, ao desemprego e principalmente à desigualdade, passam a ser cada vez mais incorporadas na análise.

Mais recentemente, Sen (1988) ampliou ainda mais o conceito de desenvolvimento aproximando-o da noção de qualidade de vida. Com uma abordagem análoga a sua discussão sobre bem-estar, Sen estabeleceu as bases para o que hoje é chamado de desenvolvimento humano.

Inicialmente, Sen comenta a relação existente entre crescimento e desenvolvimento, dizendo que esta é ao mesmo tempo importante e fonte de considerável confusão. Para Sen é claro que o processo de desenvolvimento envolve a expansão da oferta de comida, roupas, habitações, serviços médicos, facilidades educacionais, além de transformações na estrutura produtiva. Estas, para o autor são sem dúvida questões de crescimento. Por outro lado, Sen argumenta que existem outras variáveis que influenciam as condições de vida, que não estão relacionadas com o crescimento econômico ou que podem até possuir uma relação inversa com o aumento da

prosperidade material (incidência de crimes violentos e degradação ambiental, por exemplo). Além disso, o autor coloca que a renda real que um indivíduo possui em um dado ano, reflete no máximo a extensão de seu bem-estar nesse período. Na opinião dele, para avaliar que tipo de vida os indivíduos possuem tem-se que considerar uma visão mais integral da vida pessoal.

Para Sen, o desenvolvimento está intrinsecamente vinculado à idéia de uma vida melhor para a população e portanto o foco da análise precisa incluir a natureza da vida que as pessoas levam. Segundo o autor, a natureza da vida inclui sua duração (e por isso expectativa de vida é importante), mas vai mais além. Para ele, as pessoas valorizam suas habilidades em ser, fazer e possuir certas coisas (“being”, “doing”, “having”). Tais habilidades Sen chamou de “funcionalidades” da pessoa (“functionings of a person”).

Ainda em sua investigação sobre a natureza da vida humana, Sen analisa o papel das liberdades, ressaltando a sua importância para o bem-estar dos indivíduos. De acordo com esta abordagem, duas pessoas que possuem as mesmas funcionalidades não terão o mesmo nível de bem-estar, se apenas uma foi livre para escolhê-las. Portanto, pode-se inferir que uma sociedade será tão mais desenvolvida, quanto maior for o campo de escolhas entre funcionalidades alternativas, que um indivíduo pode ter. Este campo de escolhas foi batizado de “capability” (*“A person’s capability can be seen as the set of alternative functioning n-tuples any one of which the person can choose”, idem: 17*).

Finalmente, Sen nos alerta para a dificuldade de se precisar o conceito de desenvolvimento em função de sua dependência de julgamentos de valor:

“One of the difficulties in adequately characterizing the concept of development arises from the essential role of evaluation in that concept. What is or is not regarded as a case of development depends inescapably on the notion of what things are valuable to promote” (idem: 20)

A dependência do conceito de desenvolvimento de julgamentos de valor torna-se problemática por dois motivos:

1. as funções de valoração aceitas pelas pessoas diferem entre si (heterogeneidade do valor).
2. o processo de mudança decorrente do desenvolvimento modifica os valores dos indivíduos (endogeneidade do valor).

De acordo com o autor, pode-se contornar estes problemas, mas a sua completa solução é improvável, a não ser que se acredite que os valores tenham apenas um papel instrumental para o desenvolvimento. Entretanto, esta não é a posição de Sen, pois para ele a estrutura de valores é que serve de base para julgar a natureza do desenvolvimento em si. De qualquer modo, Sen deixa claro que as dificuldades inerentes a este conceito não devem impedir a evolução dos trabalhos em economia do desenvolvimento, em sua palavras:

“Since many of these debates relate to matters of life and death, well-being and illness, hapiness and misery, freedom end vulnerability, the underlying objectives are perspicuous enough and comand a broad agreement. Work on development economics need not await a complete “solution” of the concept of development.” (idem: 23)

5. Sustentabilidade

Com o acirramento da degradação ambiental e o crescimento das preocupações ecológicas, que vêm ocorrendo ao longo da segunda metade do século 20, o conceito de sustentabilidade tem sido cada vez mais associado ao de desenvolvimento. Entretanto, embora esta utilização tenha ultrapassado a academia e ganhado o grande público, de forma análoga aos casos anteriores, a idéia de desenvolvimento sustentável parece continuar necessitando de melhor conceituação. Nesta seção apresentaremos algumas idéias sobre este conceito.

A expressão desenvolvimento sustentável ganhou notoriedade a partir do resultado

dos trabalhos da Comissão Brutland da ONU. No relatório “Nosso Futuro Comum” publicado por esta comissão em 1987 desenvolvimento sustentável é definido como o *desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem sacrificar a capacidade do futuro em atender as suas necessidades*. Este conceito é muito vago e deixa uma série de questões em aberto. Como nos alerta Daly (1996), talvez isto tenha sido proposital dado o objetivo de se obter um consenso inicial entre os participantes dos trabalhos.

Apesar da idéia de desenvolvimento sustentável e as relações entre economia e meio ambiente terem crescido em importância nos trabalhos científicos apenas recentemente, na realidade, estas não são preocupações novas na teoria econômica. Daily ressalta que já em 1857, J. S. Mill investigou as condições de um “estado estacionário” em que não existiriam crescimento da população e do estoque de capital físico. De acordo com Daly, para Mill mesmo no estado estacionário haveria a oportunidade para evoluções nos campos da ética e da tecnologia e portanto para progressos na “arte de viver”. Com a passagem para abordagem neoclássica, esse tipo de preocupação deixou de ser prioritária, uma vez que a teoria econômica passou a considerar como dadas as quantidades de recursos naturais.

Ao examinar a perspectiva de associar a noção de sustentabilidade ao conceito de desenvolvimento, duas questões genéricas merecem ser consideradas. Primeiramente, é necessário entender qual é a capacidade ecológica do planeta em suportar o crescimento da utilização dos recursos naturais (renovação de matérias primas, fontes de energia e absorção de poluentes), decorrente do aumento da população ou de maiores níveis de consumo *per capita*. Neste caso, trata-se de um problema que envolve o relacionamento entre economia e outras ciências naturais. Em segundo lugar, existe uma dimensão ética, pois é necessário considerar não apenas o bem-estar e a capacidade de sobrevivência dos atuais habitantes do planeta, mas também os relativos às gerações futuras. Neste sentido tem-se um problema “ampliado” de preferência intertemporal em que os indivíduos do presente tem que levar em conta os eventuais indivíduos do futuro, ao tomar decisões de produção e consumo.

Para tratar desse tipo de questões, existem atualmente pelo menos dois tipos de abordagens distintas. Em primeiro lugar, existem os autores da chamada Economia

Ambiental. Estes, partem de um instrumental tradicional da teoria neoclássica e tentam incorporar na análise elementos que tratem da exaustão de recursos, ou do consumo de indivíduos futuros. Nesta abordagem, a discussão sobre externalidades e bens públicos possui bastante importância. Uma outra abordagem, critica a Economia Ambiental pelo seu “reducionismo” e tenta, a partir do entendimento de como funcionam os ecossistemas, incorporar novas dinâmicas na análise econômica. Para os adeptos desta visão, a economia deve ser tratada como um subsistema do ecossistema terrestre e a análise precisa identificar e obedecer as restrições existentes. Esta abordagem alternativa foi batizada de Economia Ecológica.

Adicionalmente, vale notar que a despeito da existência das abordagens mencionadas acima, encontra-se na literatura econômica sociais crescentes esforços para incorporar as questões apontadas nesta seção sem, no entanto, alterar essencialmente seus referenciais teóricos. Além disso, é necessário mencionar que de forma análoga aos demais conceitos estudados neste trabalho, a idéia de desenvolvimento sustentável também envolve julgamentos de valor e portanto insere-se nas dificuldades discutidas acima.

6. Conclusão – Tentando Relações

Após ter realizado esta revisão sobre os conceitos de desenvolvimento e bem-estar na ciência econômica, pode-se tentar um esboço acerca das relações existentes entre ambos.

Em primeiro lugar, pode-se considerar o percurso histórico realizado por estes dois conceitos. Ambos estão presentes desde os trabalhos dos economistas clássicos em que, na realidade, misturavam-se com as questões mais gerais propostas por estes autores, o que torna difícil uma razoável distinção entre os conceitos (Sen questiona inclusive a validade deste exercício).

Com a evolução da teoria neoclássica, o conceito de bem-estar ganhou relevância e passou a ser destacado, na estruturação de um corpo de conhecimentos objetivos. A Economia do Bem-estar é então entendida como uma especialização e desenvolve-se dentro de um contexto de maior formalização e de construção de modelos matemáticos, até os tempos recentes.

Já a idéia de desenvolvimento evolui fora dos marcos da teoria neoclássica, seja na perspectiva de Schumpeter ou mesmo da Economia do Desenvolvimento. Esta última, tem seu auge simultaneamente ao apogeu da teoria keynesiana, mas perde proeminência a partir da década de 70.

Recentemente, entretanto, desenvolvimento e bem-estar passam a ser trabalhados em um contexto único com duas perspectivas distintas. De um lado, pode-se citar a Nova Economia do Bem-estar de Sen e Dasgupta, e, de outro, as diversas abordagens sobre desenvolvimento sustentável.

Em segundo lugar, é importante fazer a distinção da natureza dos programas de pesquisa que deram destaque aos termos bem-estar e desenvolvimento. O conceito de bem-estar está inserido na evolução do núcleo central da teoria econômica. Desta forma, as preocupações empíricas sempre foram secundárias no processo de investigação sobre este conceito, uma vez que os objetivos centrais estavam em contribuir para a formação de um sistema teórico com consistência lógica interna, nos marcos da ciência normal, que acabou por fundamentar as teorias de equilíbrio geral.

O conceito de desenvolvimento insere-se em uma perspectiva diversa em que os trabalhos empíricos tiveram enorme relevância. O que estava em questão na sua construção teórica sempre foi a situação dos países “atrasados” e, portanto, os objetivos principais estavam em originar recomendações de políticas, sendo que o sucesso dessas abordagens dependia das transformações eventuais nas realidades desses países.

No entanto, esta distinção teórica e metodológica, não é inexorável quando se trata desses conceitos. As abordagens de Sen e Dasgupta tentam justamente avançar na

construção de uma noção de desenvolvimento que traga dentro de si uma conceituação mais ampla de bem-estar individual. Com as devidas qualificações, o mesmo poderia-se dizer das abordagens que procuram examinar as relações entre economia e meio-ambiente (o próprio Dasgupta já publicou trabalhos nesta direção). Embora possam haver divergências entre elas, sob estas novas propostas ambos os conceitos estão sendo revisados e ampliados. Bem-estar não é entendido apenas em sua dimensão “utilitária” e desenvolvimento não se confunde mais com crescimento econômico. Idéias como desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável têm ganho espaços dentro e fora da academia e parecem estar se consolidando.

Finalmente, é preciso mencionar que o avanço das discussões sobre conhecimento positivo e normativo são fundamentais para o aprofundamento e a melhor precisão dos conceitos aqui trabalhados. Uma vez que a natureza do “sucesso” individual e a perspectiva da “boa” sociedade estão repletas de julgamentos de valor, os resultados obtidos nos trabalhos de pesquisa sempre estarão sujeitos à qualificações de ordem subjetiva. Não obstante, como sinalizado por Sen e Dasgupta, já existe algum consenso com relação a esses valores, que ao mesmo tempo justificam e dão consistência aos trabalhos científicos que tratam de desenvolvimento e bem-estar.

7. Bibliografia

ARNDT, H. W. (1987) – **Economic Development: The History of an Idea**, The University of Chicago Press, Chicago

ARROW, K. J. (1963) – “Values and Collective Decision Making” in HAHN, F. e HOLLIS, M. (Eds.) (1979) – **Philosophy and Economic Theory**, Oxford University Press, Oxford

BLAUG, M. (1992) – **The Methodology of Economics**, Segunda edição, Cambridge University Press, Cambridge

DALY, H. E. (1996) – **Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development**, Beacon Press, Boston

DASGUPTA, P. (1991) – **An Inquiry of Well-Being and Distitution**, Claredon Press, Oxford

HIRSCHMAN, A. O. (1981) – **Essays in Trespassing**, Cambridge University Press, Cambridge

MYINT, H. (1948) – **Theories of Welfare Economics**, AMK, Londres

KINDLEBERGER, C. P. (1976) – **Desenvolvimento econômico**, Mc Graw Hill, São Paulo

NUSSBAUM, M. e SEN, A. (Eds.) (1995) – **The Quality of Life**, Claredon Press, Oxford

PEARCE, D., BARBIER, E. e MARKANDYA, A. (1989) – **Blueprint for a Green Economy**, Earthscan Publications, London

PEARCE, D. (ed.) (1992) – **Macmillan Dictionary of Modern Economics**, Macmillan Press, Londres

SEN, A. (1987) – **On Ethics and Economics**, Basil Blackwell

SEN, A. (1988) – “The Concept of Development”, in Chenery, H. e Srinivasan, T.N.
– **Handbook of Development Economics**, North Holland

SCHUMPETER, J. A. (1986) – **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**, Nova
Cultural, São Paulo